

Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Institui o Código Civil.

LIVRO COMPLEMENTAR - Das disposições finais e transitórias - arts. 2028 a 2046

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## PARTE GERAL

### LIVRO I - DAS PESSOAS

#### TÍTULO I - DAS PESSOAS NATURAIS

##### CAPÍTULO I - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

**Art. 1º** Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

- V. arts. 4º e 5º do CC.
- V. art. 7º, caput, da LINDB.
- V. art. 70 do CPC.

**Art. 2º** A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

- V. art. 7º, caput, da LINDB.
- V. arts. 5º, 115 a 120, 166, I, 542, 1.597, 1.598, 1.609, par. ún., 1.690, 1.779, caput, 1.798, 1.799, I, 1.800 e 1.952 do CC.
- V. arts. 71, 178, II, 50 e 896 do CPC.
- V. arts. 124 a 128 do CP.
- V. arts. 50 a 66 da LRP.
- V. arts. 7º a 14 e 228 e 229 do ECA.
- V. Lei nº 12.662, de 5-6-2012 (Declaração de Nascido Vivo).
- Provimento nº 140, de 22-2-2023 (Programa de Enfrentamento ao Sub-registro e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica).
- V. Enunciados n.1 e 2 da I Jornada de Direito Civil.

**Art. 3º** São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. **(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 06.07.2015)**

- V. arts. 5º, 76, 105, 115 a 120, 166, I, 198, 471, 543, 1.690, 1.728 e ss. do CC.

- V. arts. 71, 72 e 447, §1º, do CPC.

**I a III - (Revogados pela Lei nº 13.146, de 06.07.2015)**

**Art. 4º** São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: **(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 06.07.2015).**

- V. arts. 171, I, 1.634, V, 1.642, VI, 1.647, 1.649 e 1.651, do CC.
- V. arts. 71, 72, 74 e 447, §1º, do CPC.
- V. arts. 2º, 36, 42, 60, 104 e 142 do ECA.
- V. arts. 34, 50, par. ún., e 52, CPP.

**I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;**

- V. arts. 5º, par. ún., 180, 666, 1.634, V, 1.690 e 1.747, I, do CC.

**II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 06.07.2015)**

- V. art. 1.767, I a III, do CC.

**III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 06.07.2015)**

- V. arts. 1.767, IV e V, 1.777 e 1.782, do CC.

**IV - os pródigos.**

- V. arts. 1.767, V, e 1.782, do CC.
- V. art. 72 do CPC.

**Parágrafo único.** A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. **(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 06.07.2015)**

- V. arts. 231 e 232 da CF.
- V. art. 50, §2º, da LRP.
- V. Lei nº 6.001, de 19-12-1973 (Estatuto do Índio).

**Art. 5º** A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

- V. artss. 666, 1.635, II, e 1.763, I, do CC.
- V. arts. 27, 65, I, e 115, CP.
- V. arts. 15, 34, 50, par. ún., 52, 262 e 564, III, c, do CPP.
- V. arts. 1º e 13, Lei nº 9.307, de 23-9-1996 (Arbitragem).

**Parágrafo único.** Cessará, para os menores, a incapacidade:

- V. art. 725, I, do CPC.

**I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;**

- V. arts. 9º, II, 666 e 1.635, II, do CC.
- V. art. 725, I, do CPC.
- V. art. 148, par. ún., do ECA.

**II - pelo casamento;**

**III** - pelo exercício de emprego público efetivo;

**IV** - pela colação de grau em curso de ensino superior;

**V** - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

**Art. 6º** A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

→ V. arts. 22 a 39, do CC.

→ V. arts. 104 a 106, 110, 744 e 745 do CPC.

→ V. art. 107, I, CP.

→ V. art. 62, CPP.

→ V. arts. 77 a 89 da LRP.

→ V. Súmula 331 do STF.

**Art. 7º** Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

→ V. arts. 22 a 39 do CC.

→ V. Decreto-Lei nº 5.782, de 30-8-1943 (Morte presumida de servidor público).

→ V. Decreto-Lei nº 6.239, de 3-2-1944 (Morte presumida de militar da Aeronáutica).

→ V. art. 88 da LRP.

→ V. Lei nº 9.140, de 4-12-1995 (Desaparecidos políticos).

**I** - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;

**II** - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

**Parágrafo único.** A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

**Art. 8º** Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

**Art. 9º** Serão registrados em registro público:

→ v. Lei nº 13.445, de 24-5-2017 (Lei de Migração), regulamentada pelo Decreto nº 9.199, de 10-12-2017.

**I** - os nascimentos, casamentos e óbitos;

→ V. arts. 1.512, 1.516, 1.543 e 1.604 do CC.

→ V. arts. 241 a 243 do CP.

→ V. art. 18 da LINDB.

→ V. arts. 29, I a III, 50 a 66, 70 a 75 e 77 a 88 da LRP.

→ V. arts. 12 e 13 da Lei nº 6.001, de 19-12-1973 (Estatuto do Índio).

**II** - a emancipação por outorga dos pais ou por

sentença do juiz;

→ V. art. 5º, par. ún., I, do CC.

→ V. art. 725, I, do CPC.

→ V. arts. 13, §2º, 29, IV, e 89 a 91 da LRP.

**III** - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;

→ V. Lei nº 6.001, de 19-12-1973 (Estatuto do Índio).

→ V. arts. 29, V, 92, 93, 104 e 107, §1º, da LRP.

**IV** - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

→ V. arts. 29, I a VIII, e 94, da LRP.

**Art. 10.** Far-se-á averbação em registro público:

**I** - das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal;

→ V. art. 1.571, II, III e IV, do CC.

→ V. arts. 29, §1º, "a", 100 e 101, da LRP.

→ V. art. 961 do CPC.

→ V. Lei nº 6.515, de 26-12-1977 (Lei do Divórcio).

→ V. art. 463 do Provimento CNJ nº 149/2023 (CNN/CN/CNJ-Extra).

→ V. arts. 464 a 467 do Provimento CNJ nº 149/2023 (CNN/CN/CNJ-Extra).

→ V. Resolução nº 155, de 16-7-2012, do CNJ (Traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior).

**II** - dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação;

→ V. arts. 1.607 a 1.617, do CC.

→ V. arts. 29, § 1º, "b", "c" e "d", e 102 da LRP.

→ V. arts. 26 e 27 do ECA.

→ V. art. 1º da Lei nº 8.560, de 29-12-1992 (Investigação de paternidade).

**III** - (Revogado pela Lei nº 12.010, de 03.08.2009)

## CAPÍTULO II - DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

**Art. 11.** Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

→ V. arts. 1º, III, 3º, IV, e 5º, V, VI, IX, X, XII, da CF.

→ V. art. 52, do CC.

→ V. arts. 1º a 85 do ECA.

→ V. arts. 8º a 28, V. Lei nº 10.741, de 1º-10-2003 (Estatuto do Idoso).

→ V. Lei nº 9.610, de 19-2-1998 (Lei de Direitos Autorais).

**Art. 12.** Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a

lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

- V. arts. 5º, X, LXVIII, LXIX e LXXI, e 142, §2º, da CF.
- V. arts. 186, 402 a 405, 461, 927, 935, 944 a 954 do CC.
- V. art. 6º do CDC.
- V. arts. 150 a 154 e 208 do CP.
- V. arts. 282 a 284, 647 e 648 do CPP.
- V. Lei nº 9.507, de 12-11-1997 (Habeas data).
- V. Súmula 37 do STJ.

**Parágrafo único.** Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

- V. arts. 20, par. ún., 943, 1.591 e 1.592 do CC.
- V. art. 6º, VI, do CDC.
- V. art. 138, §2º, do CP.

**Art. 13.** Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

**Parágrafo único.** O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

- V. art. 199, §4º, CF.
- V. art. 9º, da Lei nº 9.434, de 4-2-1997 (Doação e Transplante de órgãos), regulamentada pelo Decreto nº 9.175, de 18-10-2017.

**Art. 14.** É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

- V. art. 199, §4º, CF.
- V. Lei nº 8.501, de 30-11-1992 (Utilização de cadáver para estudos ou pesquisas).
- V. art. 1º, da Lei nº 9.434, de 4-2-1997 (Doação e Transplante de órgãos), regulamentada pelo Decreto nº 9.175, de 18-10-2017.

**Parágrafo único.** O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

- V. art. 9º, § 5º, da Lei nº 9.434, de 4-2-1997 (Doação e Transplante de órgãos), regulamentada pelo Decreto nº 9.175, de 18-10-2017.

**Art. 15.** Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

- V. art. 5º, II e III, da CF.

**Art. 16.** Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

- V. art. 227, §6º, da CF.
- V. arts. 1.565, §1º, 1.571, §2º e 1.578, do CC.
- V. arts. 55, 59 e 60 da LRP.
- Lei nº 13.444, de 11-5-2017 (Identificação Civil Nacional).

- Lei nº 9.454, de 7-4-1997 (Registro de Identidade Civil).

- V. Decreto nº 8.727, de 28-4-2016 (Nome social e identidade de gênero).

- V. Resolução CNJ nº 270, de 11-12-2018 (Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais).

- V. Lei nº 14.534, de 11-1-2023 (CPF como número suficiente para identificação do cidadão nos serviços públicos).

**Art. 17.** O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

- V. art. 5º, X, da CF.
- V. Súmula 221 do STJ.

**Art. 18.** Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

**Art. 19.** O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

- V. art. 58 da LRP.

**Art. 20.** Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

- V. ADIN 4815.
- V. art. 5º, V, X e LXXIX, da CF.
- V. arts. 186 a 188 e 953, do CC.
- V. arts. 143 e 247 do ECA.
- V. arts. 17, 45, 47, 57, § 7º, 67, § 4º, e 95 da LRP.
- V. Lei nº 9.610, de 19-2-1998 (Lei de Direitos Autorais).
- Lei nº 13.709, de 14-8-2018 (LGPD).
- V. arts. 229 a 245 do Provimento CNJ nº 149/2023 (CNN/CN/Extra).
- V. arts. 79 a 135 do Provimento CNJ nº 149/2023 (CNN/CN/Extra).
- V. Súmula 221 do STJ.

**Parágrafo único.** Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

- V. arts. 12, par. ún., 22 a 25 e 943, do CC.

**Art. 21.** A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

- V. ADIN 4815.

- V. art. 5º, X, e 226, §7º, da CF.
- V. art. 1.513 do CC.

## CAPÍTULO III - DA AUSÊNCIA

### SEÇÃO I - DA CURADORIA DOS BENS DO AUSENTE

**Art. 22.** Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

- V. arts. 6º, 7º, 9º, IV, 198, II, 335, III, 428, II e III, 1.728, I e 1.759, CC.
- V. arts. 49, 71, 72, 76, 178, 242, 548, 626, 671, 744 e 745 do CPC.
- V. art. 29, VI, da LRP.
- V. art. 94, III, "f", da Lei nº 11.101, de 9-2-2005 (Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência).

**Art. 23.** Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.

- V. arts. 653 e 682 do CC.
- V. art. 744 do CPC.

**Art. 24.** O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.

- V. arts. 1.728 e ss. do CC.
- V. arts. 739 e 759 e ss. do CPC.

**Art. 25.** O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

- V. arts. 1.570, 1651 e 1.775 e ss. do CC.
- V. EC nº 66, de 13-7-2010 (instituiu o divórcio direto).
- Enunciado n. 97 da I Jornada de Direito Civil.

**§ 1º** Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

**§ 2º** Entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.

**§ 3º** Na falta das pessoas mencionadas, compete ao juiz a escolha do curador.

- V. art. 744, CPC.

### SEÇÃO II - DA SUCESSÃO PROVISÓRIA

**Art. 26.** Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou

procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

- V. art. 5º, XXXI, da CF.
- V. art. 28, § 1º, do CC.
- V. art. 744 e 745 do CPC
- V. art. 104, par. ún., da LRP.

**Art. 27.** Para o efeito previsto no artigo anterior, somente se consideram interessados:

- V. art. 28, §1º do CC.
- V. art. 745 do CPC.

**I - o cônjuge não separado judicialmente;**

- V. art. 733 do CPC.

**II - os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;**

**III - os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;**

- V. art. 1.951 do CC.

**IV - os credores de obrigações vencidas e não pagas.**

**Art. 28.** A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

- V. art. 104, par. ún., da LRP.

**§ 1º** Findo o prazo a que se refere o art. 26, e não havendo interessados na sucessão provisória, cumpre ao Ministério Público requerê-la ao juízo competente.

- V. art. 745 do CPC.

**§ 2º** Não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente pela forma estabelecida nos arts. 1.819 a 1.823.

- V. art. 104, par. ún., da LRP.

**Art. 29.** Antes da partilha, o juiz, quando julgar conveniente, ordenará a conversão dos bens móveis, sujeitos a deterioração ou a extravio, em imóveis ou em títulos garantidos pela União.

- V. art. 33 do CC.
- V. art. 730 do CPC.

**Art. 30.** Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.

- V. art. 34 do CC.

**§ 1º** Aquele que tiver direito à posse provisória, mas

não puder prestar a garantia exigida neste artigo, será excluído, mantendo-se os bens que lhe deviam caber sob a administração do curador, ou de outro herdeiro designado pelo juiz, e que preste essa garantia.

→ V. art. 34 do CC.

**§ 2º** Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.

→ V. art. 723 do CPC.

**Art. 31.** Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.

→ V. art. 730 do CPC.

**Art. 32.** Empossados nos bens, os sucessores provisórios ficarão representando ativa e passivamente o ausente, de modo que contra eles correrão as ações pendentes e as que de futuro àquele forem movidas.

**Art. 33.** O descendente, ascendente ou cônjuge que for sucessor provisório do ausente, fará seus todos os frutos e rendimentos dos bens que a este couberem; os outros sucessores, porém, deverão capitalizar metade desses frutos e rendimentos, segundo o disposto no art. 29, de acordo com o representante do Ministério Público, e prestar anualmente contas ao juiz competente.

**Parágrafo único.** Se o ausente aparecer, e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, perderá ele, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.

**Art. 34.** O excluído, segundo o art. 30, da posse provisória poderá, justificando falta de meios, requerer lhe seja entregue metade dos rendimentos do quinhão que lhe tocara.

→ V. art. 30, §1º, do CC.

**Art. 35.** Se durante a posse provisória se provar a época exata do falecimento do ausente, considerar-se-á, nessa data, aberta a sucessão em favor dos herdeiros, que o eram àquele tempo.

→ arts. 1.784 do CC.

**Art. 36.** Se o ausente aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, cessarão para logo as vantagens dos sucessores nela imitados, ficando, todavia, obrigados a tomar as medidas assecuratórias precisas, até a entrega dos bens a seu dono.

### SEÇÃO III - DA SUCESSÃO DEFINITIVA

**Art. 37.** Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão

provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

→ V. art. 6º do CC.

→ V. art. 745, § 4º do CPC.

→ V. Súmula 331 do STF.

**Art. 38.** Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.

→ V. art. 6º do CC.

**Art. 39.** Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

→ V. arts. 1.687 do CC.

**Parágrafo único.** Se, nos dez anos a que se refere este artigo, o ausente não regressar, e nenhum interessado promover a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal.

→ V. arts. 28, § 2º, 1.822, caput, 1.814 a 1.818 e 1.829 a 1.844 do CC.

## TÍTULO II - DAS PESSOAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 40.** As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

**Art. 41.** São pessoas jurídicas de direito público interno:

→ V. arts. 8º, 17, §2º da CF.

→ V. art. 75 do CPC.

I - a União;

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

**IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 06.04.2005)**

→ V. art. 37, XIX, da CF.

→ V. art. 5º, I, do Decreto-lei nº 200, de 25-2-1967 (Organização e Reforma da Administração Federal).

**V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.**

→ V. art. 75, I a III, do CPC.

**Parágrafo único.** Salvo disposição em contrário, as

pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

→ V. Enunciado n. 141 da III Jornada de Direito Civil.

**Art. 42.** São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

→ V. arts. 4º, 102, I, 105, II, c e 109 da CF.

**Art. 43.** As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

→ V. art. 37, § 6º, da CF.

→ V. art. 186 e 927 a 954 do CC.

→ V. art. 125, II, do CPC.

→ Súmula 39 do STJ.

**Art. 44.** São pessoas jurídicas de direito privado:

→ V. art. 173, §§1º a 3º da CF.

→ V. arts. 2.031 a 2.034 e 2.037 do CC.

→ V. art. 11 da LINDB.

→ V. art. 1º da Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

→ Súmulas 39 e 42 do STJ.

→ V. Enunciados n. 142, 143, 144 e 280 das Jornadas de Direito Civil.

**I - as associações;**

→ V. art. 5º, XVII a XXI, da CF.

→ V. arts. 53 a 61, 2.031, 2.033 e 2.034 do CC.

**II - as sociedades;**

→ V. arts. 981 e s., 2.031, 2.033, 2.034 e 2.037 do CC.

**III - as fundações.**

→ V. arts. 62 a 69, 2.031 e 2.032 do CC.

→ V. art. 764 do CPC.

→ Lei nº 9.790, de 23-3-1999 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30-6-1999.

**IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)**

→ V. art. 5º, VI, da CF.

→ V. art. 62, IX, e 2.031, par. ún., do CC.

→ V. art. 114, I, da LRP.

→ V. Decreto nº 119-A, de 7-1-1890 (Liberdade de culto).

→ V. Enunciado n. 143 da III Jornada de Direito Civil.

**V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)**

→ V. arts. 1º, I e V, e 17 da CF.

→ V. art. 62, IX, e 2.031, par. ún., do CC.

→ V. art. 120, par. ún., da LRP.

→ V. Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

→ V. Resolução nº 23.465, de 17-12-2015, do TSE (Criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos).

→ V. Enunciado n. 142 da III Jornada de Direito Civil.

**VI - (Revogado pela Lei nº 14.382, de 2022)**

**VII - os empreendimentos de economia solidária. (redação dada pela Lei nº 15.068, de 2024)**

**§ 1º** São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. **(Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)**

→ V. art. 5º, VI, da CF.

→ V. Decreto nº 119-A, de 7-1-1890 (Liberdade de culto).

**§ 2º** As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente aos empreendimentos de economia solidária e às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código. **(Redação dada pela Lei nº 15.068, de 2024)**

→ V. arts. 966 e ss. do CC.

**§ 3º** Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. **(Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)**

→ V. arts. 1º, I e V, e 17 da CF.

→ V. art. 120, par. ún., da LRP.

→ V. Resolução nº 23.465, de 17-12-2015, do TSE (Criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos).

→ V. Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

**Art. 45.** Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

→ V. arts. 985, 998, 1.000, e 1.150 a 1.154 do CC.

→ V. art. 119 da LRP.

→ V. art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.906, de 4-7-1994 (EAOAB).

→ V. Lei nº 8.934, de 18-11-1994 (Registro público das empresas mercantis), regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 30-1-1996.

→ V. arts. 7º a 11 da Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

→ V. Lei nº 9.279, de 14-5-1996 (Lei da Propriedade Industrial).

→ V. LC nº 123, de 14-12-2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

- V. Decreto-Lei nº 916, de 24-10-1890 (Registro de firmas ou razões comerciais).
- V. Decreto-Lei nº 9.085, de 25-3-1946 (Registro civil das pessoas jurídicas).
- Lei nº 4.503, de 30-11-1964 (Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda).
- V. art. 241, §§ 1º a 3º, do Decreto nº 3.000, de 26-3-1999 (Imposto de Renda - Regulamento).

**Parágrafo único.** Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

**Art. 46.** O registro declarará:

- V. arts. 985, 998, 1.000, e 1.150 a 1.154 do CC.
- V. arts. 120 e 121 da LRP.
- V. Lei nº 8.934, de 18-11-1994 (Registro público das empresas mercantis), regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 30-1-1996.

**I** - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;

- V. art. 120, I, da LRP.

**II** - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;

- V. art. 120, VI, da LRP.

**III** - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

- V. art. 120, II, da LRP.

**IV** - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;

- V. art. 120, III, da LRP.

**V** - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

- V. art. 120, IV, da LRP.

**VI** - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.

- V. art. 120, V, da LRP.

**Art. 47.** Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

- V. arts. 43, 989, 990 e 997, VI, e 1.010 a 1.021 do CC.
- V. art. 75 do CPC.
- V. art. 37 do CPP.
- V. Enunciado n. 145 da III Jornada de Direito Civil.

**Art. 48.** Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

- V. arts. 1.010 e 1.014 do CC.

**Parágrafo único.** Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem evadidas de erro, dolo, simulação ou fraude.

- V. arts. 138 a 150, 158 a 165, 167 e 171, II, do CC.

**Art. 48-A.** As pessoas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em seus atos constitutivos, poderão realizar suas assembleias gerais por meio eletrônico, inclusive para os fins do disposto no art. 59 deste Código, respeitados os direitos previstos de participação e de manifestação. **(Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)**

**Art. 49.** Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

- V. art. 614 do CPC.

**Art. 49-A.** A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**Parágrafo único.** A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**Art. 50.** Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

- V. art. 795 do CPC.
- V. art. 28 do CDC.
- V. art. 135 do CTN.
- V. Enunciados n. 7, 51, 146, 281, 282, 283, 284, 285, 406 e 487 das Jornadas de Direito Civil.
- V. Enunciado n. 9 da I Jornada de Direito Comercial.

**§ 1º** Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**§ 2º** Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**I** - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-

versa; **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**II** - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**III** - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**§ 3º** O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**§ 4º** A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**§ 5º** Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica. **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

**Art. 51.** Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

→ V. arts. 1.033 e ss. e 1.125 do CC.

**§ 1º** Far-se-á, no registro onde a pessoa jurídica estiver inscrita, a averbação de sua dissolução.

**§ 2º** As disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se, no que couber, às demais pessoas jurídicas de direito privado.

**§ 3º** Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

**Art. 52.** Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

→ V. arts. 11 a 21 do CC.

→ V. Súmula 227 do STJ.

→ V. Enunciado n. 286 da IV Jornada de Direito Civil.

## CAPÍTULO II - DAS ASSOCIAÇÕES

→ V. art. 5º, XVII a XXI, da CF.

→ V. arts. 2.031 a 2.034 do CC.

**Art. 53.** Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

→ V. arts. 40, 44 a 52, 75, 2.031 e 2.033 do CC.

→ V. art. 75 do CPC.

→ V. arts. 114, I, e 120 da LRP.

→ V. arts. 35 a 43 da Lei nº 4.380, de 21-08-1964 (Banco Nacional de Habitação - BNH).

→ V. arts. 62 a 65 da Lei nº 4.728, de 14-7-1965 (Lei do Mercado de capitais).

→ V. Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei Orgânica dos

Partidos Políticos).

→ V. Lei nº 9.637, de 15-5-1998 (Organizações sociais - qualificação).

→ Lei nº 9.790, de 23-3-1999 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30-6-1999.

→ V. Lei Complementar nº 109, de 29-5-2001 (Regime de Previdência Complementar).

→ V. art. 55, III, da Lei nº 8.212, de 24-7-1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social).

→ V. Decreto-Lei nº 70, de 21-11-1966 (Associações de poupança e empréstimo e cédula hipotecária)

→ V. Enunciado n. 534 da VI Jornada de Direito Civil.

**Parágrafo único.** Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

→ Lei nº 9.790, de 23-3-1999 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30-6-1999.

**Art. 54.** Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

→ V. art. 5º, XVII a XXI, CF.

**I** - a denominação, os fins e a sede da associação;

**II** - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

**III** - os direitos e deveres dos associados;

**IV** - as fontes de recursos para sua manutenção;

**V** - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; **(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)**

**VI** - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

**VII** - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. **(Incluído pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)**

**Art. 55.** Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

**Art. 56.** A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

**Parágrafo único.** Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, de per si, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

**Art. 57.** A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto. **(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)**

→ V. Enunciado n. 280 da IV Jornada de Direito Civil.

**Parágrafo único.** **(Revogado pela Lei nº 11.127, de**



**28.06.2005)**

**Art. 58.** Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

**Art. 59.** Compete privativamente à assembléia geral: *(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)*

I - destituir os administradores; *(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)*

II - alterar o estatuto. *(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)*

**Parágrafo único.** Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores. *(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)*

**Art. 60.** A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la. *(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 28.06.2005)*

→ V. Enunciado n. 280 da IV Jornada de Direito Civil.

**Art. 61.** Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

→ V. art. 5º, XIX, da CF.

→ V. Enunciado n. 407 da V Jornada de Direito Civil.

**§ 1º** Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

**§ 2º** Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

→ V. Decreto-Lei nº 41, de 18-11-1966 (Dissolução de sociedades civis de fins assistenciais).

### CAPÍTULO III - DAS FUNDAÇÕES

**Art. 62.** Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se

destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

→ V. arts. 40, 44 a 52, 65, 75, 215 e 2.031 a 2.033 do CC.

→ V. arts. 764 e 765 do CPC.

→ V. art. 11 da LINDB.

→ V. arts. 114, I, 119 e 120 da LRP.

**Parágrafo único.** A fundação somente poderá constituir-se para fins de: *(Redação dada pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

→ V. art. 2.032 do CC.

→ V. arts. 764, § 2º e 765 do CPC.

→ V. art. 11 da LINDB.

→ V. arts. 119 e 120 da LRP.

→ V. Enunciados n. 8 e 9 da I Jornada de Direito Civil.

I - assistência social; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

II - cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

III - educação; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

IV - saúde; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

V - segurança alimentar e nutricional; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

VII - pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

VIII - promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

IX - atividades religiosas; e *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

X - (VETADO). *(Incluído pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

**Art. 63.** Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

**Art. 64.** Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

**Art. 65.** Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

→ V. arts. 764 e 765 do CPC.

**Parágrafo único.** Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

**Art. 66.** Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

→ V. arts. 764 e 765 do CPC.

→ V. art. 72 da LC nº 109, de 29-5-2001 (Regime de Previdência Complementar)

**§ 1º** Se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. *(Redação dada pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

→ V. Enunciado n. 10 da I Jornada de Direito Civil.

**§ 2º** Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

→ V. Enunciado n. 147 da III Jornada de Direito Civil.

**Art. 67.** Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

**I** - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

**II** - não contrarie ou desvirtue o fim desta;

**III** - seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado. *(Redação dada pela Lei nº 13.151, de 28.07.2015)*

→ V. arts. 764, § 2º e 765 do CPC.

**Art. 68.** Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

**Art. 69.** Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

→ V. arts. 764 e 765 do CPC.

→ V. art. 765 do CPC.

→ V. art. 72 da LC nº 109, de 29-5-2001 (Regime de Previdência Complementar)

### TÍTULO III - DO DOMICÍLIO

**Art. 70.** O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

→ V. art. 5º, XI, da CF.

→ V. arts. 327, 1.566, II, 1.567, 1.569, 1.711 e 1.784 do CC.

→ V. arts. 46 a 50, 53, I e II, 62 e 63 do CPC.

→ V. art. 101, I, do CDC.

→ V. art. 7º, 10 e 12 da LINDB.

→ V. arts. 127 e 159 do CTN.

→ V. arts. 28 a 32 do Decreto nº 3.000, de 26-3-1999 (Imposto de Renda - Regulamento).

→ V. Enunciado n. 408 da V Jornada de Direito Civil.

**Art. 71.** Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

→ V. art. 46, § 1º, do CPC.

→ V. Súmula 483 do STF.

**Art. 72.** É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

→ V. art. 10, § 1º, da Lei nº 8.906, de 4-7-1994 (EAOAB).

**Parágrafo único.** Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

**Art. 73.** Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

→ V. art. 7º, § 8º, da LINDB.

→ V. art. 46, § 1º, do CPC.

**Art. 74.** Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

**Parágrafo único.** A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

→ V. art. 43 do CPC.

→ V. Súmula 58 do STJ.

**Art. 75.** Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:

**I** - da União, o Distrito Federal;

→ V. art. 109, §§ 1º a 4º, da CF.

→ V. arts. 45 e 51, 53, III, do CPC.

**II** - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais;

→ V. arts. 45 e 51 do CPC.

**III** - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal;